

**PRESIDÊNCIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**HABEAS CORPUS com requerimento de medida liminar**

Paciente: **FULANO DE TAL**

Autoridade Coatora: Juízo de Direito do Núcleo de Audiências de  
Custódia

Origem: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher  
de XXXXX.

Número na Origem: XXXXXX **(CNJ)**: XXXXXXXX

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, no exercício de sua autonomia preconizada no §2º do art. 134 da Constituição da República Federativa do Brasil e no uso de sua competência legal prevista no art. 4º da Lei Complementar Federal 80/94, por seu Defensor Público subscritor, patrocinando os interesses de seu assistido: **FULANO DE TAL**, já devidamente qualificado no APFD, impetra, com esteio no art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição da República c/c art. 7º, 6 do Pacto de São José da Costa Rica c/c art. 647 do Código de Processo Penal, a presente **ORDEM DE HABEAS CORPUS** em face do **JUÍZO DE DIREITO DO NÚCLEO DE AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA**, articulando o que se segue.

## **I. DO PROCESSO DE ORIGEM**

Em XX de XXXXX de XXXX, o ora paciente foi preso em flagrante por força da Ocorrência Policial nº XXXXXX-XXª DP, a qual imputa a prática dos delitos previstos no artigo 129, §9º, do Código Penal; c/c artigo 5º, III da Lei nº 11.340/06.

Por ocasião da audiência de custódia, realizada no dia XX de XXXXXX de XXXX, o Douto Magistrado *a quo*, condicionou a concessão da liberdade provisória ao cumprimento da medida cautelar de monitoramento eletrônico.

Eis o que importava relatar.

### **DA IMPOSSIBILIDADE DA DECRETAÇÃO DE OFÍCIO DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA.**

Primeiramente, há de se ressaltar que conforme registrado em ata de audiência anexa, a medida cautelar de monitoração eletrônica foi decretada de ofício pelo juízo.

Ocorre que a alteração trazida pela Lei nº 13.964 de 2019, que modificou a redação do artigo 282, §2º, do Código de Processo Penal, excluiu do ordenamento jurídico a possibilidade de fixação de medidas cautelares decretada de ofício pelo juízo:

*§ 2º As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.*

Com essa nova roupagem, que dá certo viés de contraditório à decisão, é de se dar integral e plena aplicação ao art. 282, §2º, do CPP que, somente caberá a fixação de medidas cautelares por requerimento do MP/querelante/assistente, isto é, é

sempre vedada a fixação de ofício. Acrescente-se ainda que a medida de monitoração eletrônica é a mais gravosa e restritiva das medidas diversas da prisão.

Ressalta-se, que a excepcional medida cautelar de monitoração eletrônica possui caráter exclusivo de substituição à prisão, assim prevê o Protocolo I da Resolução nº 213 do CNJ, de 15 de dezembro de 2015, em seu item nº 3.1, inc. V, *in verbis*:

*V. Garantir o respeito e cumprimento às seguintes diretrizes quando da aplicação da medida cautelar de monitoração eletrônica:*

***a) Efetiva alternativa à prisão provisória:*** *A aplicação da monitoração eletrônica será excepcional, devendo ser utilizada como alternativa à prisão provisória e não como elemento adicional de controle para autuados que, pelas circunstâncias apuradas em juízo, já responderiam ao processo em liberdade. Assim, a monitoração eletrônica, enquanto medida cautelar diversa da prisão, deverá ser aplicada exclusivamente a pessoas acusadas por crimes dolosos puníveis com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos ou condenadas por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Código Penal Brasileiro, bem como a pessoas em cumprimento de medidas protetivas de urgência acusadas por crime que envolva violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, sempre de forma excepcional, quando não couber outra medida cautelar menos gravosa.*

Portanto, a própria Resolução do CNJ que regulamenta a utilização da monitoração eletrônica prevê expressamente que a mesma somente poderá ser utilizada quando cabível a prisão preventiva (efetiva alternativa à prisão provisória).

Não se olvida que a medida cautelar de monitoração eletrônica somente poderá ser aplicada quando não cabível a prisão. Por provocar limitações ao direito de locomoção, possui conteúdo

gravoso e severamente restritivo, devendo ser aplicada apenas quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar, em evidente subsidiariedade, merecendo prevalência, apenas, em relação à decretação da prisão preventiva.

Em havendo condições totalmente favoráveis, já entendeu esse Tribunal pela revogação de tal medida:

*HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR SOB A INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL OU DE QUALQUER OUTRA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA QUE DETERMINE DEPENDÊNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. **CONDIÇÕES PESSOAIS TOTALMENTE FAVORÁVEIS. MONITORAMENTO ELETRÔNICO E RECOLHIMENTO DOMICILIAR AOS DOMINGOS. DESNECESSIDADE. DESPROPORCIONALIDADE. ORDEM CONCEDIDA.***

*(Acórdão n.1101733, 07073214920188070000, Relator: DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI 3ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 07/06/2018, Publicado no DJE: 12/06/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada.)*

Igualmente, esse Egrégio Tribunal já firmou entendimento que o monitoramento eletrônico faz-se desnecessário quando cabível a liberdade provisória:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. DESNECESSIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. **EXCLUSÃO APENAS DA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA. ORDEM CONCEDIDA. 1. AUSENTES OS REQUISITOS PERMISSIVOS DA PRISÃO PREVENTIVA INSCULPIDOS NOS ARTIGOS 312 E 313, AMBOS DO CPP, O AUTUADO TEM DIREITO À LIBERDADE PROVISÓRIA, CONDICIONADA, PORÉM, AO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS, EXCETO MONITORAMENTO ELETRÔNICO, JÁ QUE DESNECESSÁRIO. 2. Ordem concedida. (Acórdão n.1103200, 07078021220188070000, Relator: JOÃO BATISTA TEIXEIRA, Relator Designado: JESUINO RISSATO 3ª Turma Criminal, Data de***

*Julgamento: 14/06/2018, Publicado no DJE: 25/06/2018.  
Pág.: Sem Página Cadastrada.).*

Portanto, tendo em vista a impossibilidade de fixação de cautelares de ofício, na forma do § 2º do art. 282 do CPP, requer-se a revogação de tal medida ante a ilegalidade na sua fixação.

### **III. DOS PEDIDOS;**

Portanto, **evidenciada a ilegalidade, a desproporcionalidade e desarrazoabilidade do monitoramento eletrônico determinado, a decisão sob ataque deve ser, em apreciação liminar, reformada, sendo imediatamente revogada a cautelar de monitoração eletrônica.**

Ao final, requer seja confirmado o pleito, revogando-se o monitoramento eletrônico.

Pugna-se pela observância do art. 128, inciso I, da Lei Complementar 80/94, que dispõe que o Defensor Público será intimado pessoalmente em qualquer processo, contando-se-lhe em dobro todos os prazos.

Pede deferimento.

XXXXXX/XX, XX de XXXXX de XXXX

FULANO DE TAL  
DEFENSOR PÚBLICO